

## Comentários finais

O conjunto de reflexões apresentado neste livro deixou evidente a amplitude dos problemas em relação às políticas nas áreas da saúde, do meio ambiente e dos direitos territoriais, assim como no campo da educação, das ações afirmativas e do enfrentamento à violência. Seja em relação a um reacionarismo conservador que orientou políticas públicas voltadas à maternidade sem base em evidências, seja, por exemplo, na completa ausência de demarcações de terras indígenas e quilombolas — nesse caso, com o perverso adicional de não reconhecimento da própria humanidade desses sujeitos sociais, materializado em discursos de ódio e de incentivo irrestrito à exploração mineral e agropecuária, com pouca ou nenhuma preocupação em seguir protocolos de consulta a povos e comunidades tradicionais ou mesmo em estimular a proteção do meio ambiente, por exemplo, no que diz respeito às áreas de conservação ambiental, entre outros elementos. Ainda no campo da saúde, a desastrosa gestão federal no contexto da pandemia de Covid-19 foi também ressaltada como um dos pontos de maior complexidade e retrocesso, cujos efeitos perversos e com intenções genocidas foram trazidos de forma exemplar, a partir de uma situação vivenciada por uma comunidade quilombola no Marajó, Pará.

No campo da educação, para além do descaso generalizado no que diz respeito à promoção de políticas que minimizem desigualdades no acesso e na permanência de estudantes na educação básica, foram destacados os esforços, por parte de setores ligados à extrema-direita, representados no governo 2019-2022, para desencorajar a continuidade das políticas de cotas e de ações afirmativas, em especial a tentativa de revisão da Lei de Cotas, que marcou mais especialmente o ano eleitoral de 2022. Nesse sentido, os

desafios para a garantia de educação de sujeitos que pertencem a segmentos historicamente discriminados, além de serem estruturais, se intensificaram nos últimos anos. Algo parecido foi refletido em relação ao campo da violência: como garantir efetividade no enfrentamento à violência quando ela é não apenas estimulada, mas também direcionada para atingir corpos específicos? Os retrocessos recentes nas políticas de encarceramento e de gestão das forças estatais de policiamento evidenciam inúmeras dificuldades na promoção da justiça social e da segurança pública.

Em relação aos desafios no contexto da retomada democrática, alguns pontos foram centrais: 1) a urgência na demarcação de terras indígenas e quilombolas; 2) a necessidade de serem retomados os processos relacionados a protocolos de consulta a povos e comunidades tradicionais, em disputas que envolvam territórios tradicionalmente ocupados; 3) a retomada de políticas públicas que garantam acesso à saúde de maneira ampla, mas mais especificamente em relação à saúde das mulheres e das pessoas LGBTI+, sobretudo transexuais e travestis; 4) a continuidade da Lei de Cotas e o aprofundamento de políticas de ações afirmativas no campo da educação; 5) a adoção de estratégias que deem conta de uma gestão estatal antirracista no campo da violência; 6) a promoção de políticas públicas mais realistas quanto ao desejo de “progresso” e, de fato, comprometidas com as perspectivas socioambientais e com a vida, humana e não-humana.

Considerando as avaliações realizadas, as exposições também apontaram alguns horizontes de mudanças: 1) a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a gestão da FUNAI por indígenas como sendo um importante passo, ainda que desafiador, para a constituição de políticas públicas de reparação histórica a povos indígenas; 2) mudanças de orientação e gestão no Ministério da Saúde que promovam acesso à saúde de populações minorizadas, por meio da formulação e implementação de políticas públicas coerentes com as necessidades dessas populações; 3) encaminhamentos diversos no campo da educação, de maneira a garantir acesso e permanência de negros/as, indígenas, quilombolas, pessoas trans, entre outras, no ensino superior, mas também na educação básica; 4) propostas concretas no

campo da gestão estatal e das reflexões sobre violência urbana e no campo; e 5) mudanças significativas no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com vistas a gerir políticas públicas efetivamente direcionadas ao meio ambiente e à proteção territorial de povos indígenas e comunidades quilombolas, ribeirinhas, vazanteiras, entre outras, sempre em diálogo com esses grupos e sujeitos sociais.

Em termos gerais, podemos dizer que o espírito que animou o Seminário — e que está presente nesta coletânea — foi e continua sendo o de uma esperança realista. Os 120 dias de Governo traziam a energia da mudança, mas também a consciência dos enormes desafios à frente. De um lado, a criação de instâncias de governo, como o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério da Igualdade Racial, ambos comandados por mulheres fortemente engajadas nas lutas socioterritoriais do país, acenava para novos rumos em direção ao futuro, assim como caminhos de reparação das dívidas históricas do país. Por outro lado, a consciência de que as forças antagônicas a esses direitos permaneciam presentes em diferentes esferas do Estado, do Parlamento e da sociedade nos dava a dimensão dos limites e desafios a seguir. Os acontecimentos terroristas ocorridos após a posse do novo Governo, o assassinato de indígenas, quilombolas e demais lideranças de povos tradicionais, os ataques racistas: tudo isso nos desafiava — e ainda nos desafia — a refletir e a produzir conhecimento na direção de uma existência mais humana e acolhedora da diferença. Que esta coletânea seja um registro histórico deste momento e um estímulo à continuidade das ações e reflexões que nos animam e renovam.